

## **A educação feminina no Brasil do século XIX: percursos e reflexões sobre a maranhense Carlota Carvalho**

Female education in Brazil in the nineteenth century: paths and reflections on the maranhense Carlota Carvalho

La educación femenina en Brasil en el siglo XIX: caminos y reflexiones sobre la maranhense Carlota Carvalho

**Auricelia de Aguiar Silva<sup>1</sup>**

 [0000-0002-1134-5480](https://orcid.org/0000-0002-1134-5480)

**Welingthon dos Santos Silva<sup>2</sup>**

 [0000-0002-5980-317X](https://orcid.org/0000-0002-5980-317X)

**Dimas dos Reis Ribeiro<sup>3</sup>**

 [0000-0003-3452-2600](https://orcid.org/0000-0003-3452-2600)

**Kelly Lisie Julio<sup>4</sup>**

 [/0000-0001-6941-8446](https://orcid.org/0000-0001-6941-8446)

**Resumo:** O artigo objetiva refletir sobre a representação e educação feminina no Brasil do século XIX, a partir do percurso e atuação da maranhense Carlota Carvalho. O estudo insere-se no campo de gênero e as discussões que permeiam o contexto social e escolar em um processo de formação humana da mulher do século XIX e reflete sobre o processo de formação, potencialidades e transformações que cercaram a vida e educação de Carlota Carvalho. Para isso, apresentamos alguns indícios presentes em jornais do período e publicações da própria Carlota. Ao mesmo tempo, serão abordados estudos dedicados a pensar a educação feminina no Brasil do século XIX, marcada por avanços, desafios e conquistas significativas, que evidenciaram a importância do papel das mulheres como educadoras e agentes de transformação social.

**Palavras-chave:** Educação Feminina. Carlota Carvalho. Formação da mulher do século XIX.

**Abstract:** The article aims to reflect on female representation and education in Brazil in the 19th century, based on the career and actions of Carlota Carvalho, from Maranhão. The study is part of the field of gender and the discussions that permeate the social and school context in a process of human formation of women in the 19th century and reflects on the process of formation, potentialities and transformations that surrounded the life and education of Carlota Carvalho. To do this, we present some evidence present in newspapers of the period and publications by Carlota herself. At the same time, studies dedicated to thinking about female education in 19th century Brazil will be discussed, marked by advances, challenges and significant achievements, which highlighted the importance of women's role as educators and agents of social transformation.

**Keywords:** Female education. Carlota Carvalho. Formation of women in the nineteenth century.

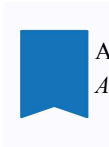
**Resumen:** El artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la representación y la educación femenina en el Brasil del siglo XIX, a partir de la trayectoria y acciones de Carlota Carvalho, de Maranhão. El estudio se inscribe en el campo del género y las discusiones que permean el contexto social y escolar en un proceso de formación humana de la mujer en el siglo XIX y reflexiona sobre el proceso de formación, potencialidades y transformaciones que rodearon la vida y educación de Carlota Carvalho. Para ello, presentamos algunos testimonios presentes en periódicos de la época y publicaciones de la propia Carlota. Al mismo tiempo, se discutirán estudios dedicados a pensar la educación femenina en el Brasil del siglo XIX,

<sup>1</sup> Mestra em Formação Docente em Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. *Lattes:* [3716345072403447](https://lattes.cnpq.br/3716345072403447) - E-mail: [auricelia.aguiar@discente.ufma.br](mailto:auricelia.aguiar@discente.ufma.br).

<sup>2</sup> Mestrando em Formação Docente em Práticas Educativas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. *Lattes:* [3616282099083171](https://lattes.cnpq.br/3616282099083171) - E-mail: [welingthon.santos@discente.ufma.br](mailto:welingthon.santos@discente.ufma.br).

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, *Campus* de Franca. Docente vinculado a Universidade Federal do Maranhão - UFMA, *Campus* Pinheiro. *Lattes:* [5918120268518866](https://lattes.cnpq.br/5918120268518866) - E-mail: [dimas.ribeiro@ufma.br](mailto:dimas.ribeiro@ufma.br).

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Docente vinculada a Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ. *Lattes:* [0498013615092538](https://lattes.cnpq.br/0498013615092538) - E-mail: [kellylisie@ufsj.edu.br](mailto:kellylisie@ufsj.edu.br).



Auricelia de Aguiar Silva, Welington dos Santos Silva, Dimas dos Reis Ribeiro & Kelly Lislie Julio  
*A educação feminina no Brasil do século XIX: percursos e reflexões sobre a maranhense Carlota Carvalho*

marcado por avances, desafíos y logros significativos, que resaltaron la importancia del papel de las mujeres como educadoras y agentes de transformación social.

**Palabras-clave:** Educación femenina. Carlota Carvalho. Formación de la mujer en el siglo XIX.



## **Introdução**

A história das mulheres merece um resgate de sua construção histórica e social, a fim de recuperar as memórias daquelas que foram esquecidas na história do Brasil. Por esse motivo buscamos pesquisar sobre a educação feminina no Brasil do século XIX, especificamente a educação dada a elas, a inserção das mulheres no magistério e a feminização da profissão docente para, a partir desses aspectos, refletirmos sobre a trajetória pessoal e educacional da maranhense Carlota Carvalho.

Considerando as representações femininas existentes no Brasil do século XIX, propagadas inclusive através da educação, nosso objetivo neste texto é analisar o percurso e reflexões existentes sobre a maranhense Carlota Carvalho. Ao mesmo tempo, a partir desse estudo de caso, evidenciamos algumas transformações, potencialidades e concepções que permearam o processo educativo do século XIX e, mais especificamente, a vida de Carlota Carvalho. Assim, consideramos necessário discutir inicialmente sobre a educação feminina no Brasil e nas províncias do Maranhão e Pará.

Durante o século XIX, principalmente em sua segunda metade, ocorreram mudanças, sociais, econômicas e culturais na Europa Ocidental que influenciou todo o mundo, inclusive o Brasil, tanto na cultura como na literatura. Essas mudanças se fizeram contribuintes para a entrada de novos pensamentos na sociedade brasileira. É dentro desse contexto que encontramos o protagonismo da maranhense Carlota Carvalho que, por ser de família abastada, teve a oportunidade de estudar na Escola Normal do Pará e tornar-se professora e escritora, atuando no campo intelectual, apesar de não ter obtido o reconhecimento merecido, como destacaremos.

O presente estudo se classifica como histórico e bibliográfico. De acordo com Almeida (2016), a pesquisa de caráter histórico procura conhecer e refletir sobre fenômenos, fatos e pessoas relacionando-as à História. Para Gil (2009), a pesquisa bibliográfica nos permite aprofundar o conhecimento através de publicações realizadas sobre assuntos específicos. Nessa perspectiva, neste texto, os autores eleitos para aprofundamento foram: Abrantes (2010); Carvalho (2017); Castelhana & Castro (2003); Castan (2009); Ferreira (1998); Louro (2001; 2007); Malheiros (2015); Nogueira (2009); Nunes (2006); Prado (2020); Rodrigues (2010); Samara (1989); Santos (2021); Tourinho (2012) e Villela (2018). Além desses autores, foram utilizados alguns jornais e leis da época como fontes históricas.



Este texto está organizado a partir dos seguintes pontos de discussão. Primeiramente, trouxemos os elementos históricos relacionados à educação feminina no Brasil do século XIX, acentuando a distinção de educação oferecida às mulheres e aos homens e o discurso de poder que ponderava a preparação de ambos para a vida na sociedade daquela época. Em seguida discutimos sobre a educação feminina na província maranhense do século XIX, quando buscamos evidenciar os espaços de educação para as mulheres da província, no contexto da época. Finalmente, abordamos mais detidamente a trajetória, formação e carreira docente da professora e escritora maranhense Carlota Carvalho e alguns aspectos da Escola Normal do Pará, onde a mesma estudou.

### **Breve histórico acerca da educação feminina no Brasil do século XIX**

As transformações políticas e econômicas que ocorreram no Brasil do século XIX proporcionaram modernizações na nação, inclusive na educação. Em 1822, com a independência política do Brasil, surgiu a necessidade da construção de uma nova imagem que afastasse a visão primitiva e colonial do país. O discurso sobre a modernização da educação tornou-se recorrente, devido ao abandono educacional que se encontrava grande parte das províncias, visto que as escolas no país eram escassas e poucas possuíam professores qualificados para instrução. De acordo com Louro (2001, p. 371),

É bem verdade que os mesmos homens e grupos sociais continuavam garantindo suas posições estratégicas nos jogos de poder da sociedade. No entanto, talvez fossem agora necessários outros dispositivos e técnicas que apresentassem as práticas sociais transformadas, ainda que muitas transformações fossem apenas aparentes.

É dentro dessa relação de poder e necessidade de transformação que se intensifica o debate sobre a educação feminina no país. Entretanto, é importante frisar que as mulheres, nesse período, não eram consideradas cidadãs e foi somente em 15 de outubro de 1827 que surge a primeira alusão sobre a educação de meninas mantida pelo Estado. Conforme a lei: “[...] haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (Brasil, 1827).

Apesar da citada lei de 1827, a educação feminina não se tornou uma realidade, visto que a visão do papel social da mulher não era de igualdade ao papel dos homens. Essa distinção se evidenciou, também, na criação das primeiras Escolas Normais no Brasil. Tais escolas foram instituídas a partir do Ato Adicional à Constituição de 1824, a partir da Lei nº



16, de 12 de agosto de 1834, visto que muitas das escolas então existentes excluíam a possibilidade de frequência feminina.

Foi no final do século XIX que as mulheres começaram a ocupar vagas nas Escolas Normais. Entretanto, o ensino às mulheres era diferente do destinado aos homens. Isso se dava por meio da diferenciação dos conteúdos destinados às mulheres e aos homens. Prado (2020) reforça que, para elas, as escolas ofereciam um ensinamento voltado aos afazeres domésticos, religiosos, o básico da leitura e de cálculos matemáticos, de modo que o currículo era bastante reduzido em comparação aos dos homens.

Naquela época as mulheres eram vistas como inferiores e, conseqüentemente, a elas eram destinados os trabalhos relacionados à família e as prendas domésticas. Em decorrência dessas concepções de distinção de funções sociais entre os gêneros, as orientações educacionais estabeleciam diferenças no processo de formação, nas escolas primárias, entre meninas e meninos. Os meninos recebiam uma educação direcionada ao trabalho intelectual; já as meninas recebiam formação para serem boas donas de casa, esposas e mães. O ensino era destinado aos preceitos sociais da época, uma vez que a vida pública era para os homens e a vida doméstica para as mulheres.<sup>5</sup>

Devemos ressaltar, antes de tudo, que a redução do currículo escolar destinado às mulheres representava uma forma de exclusão feminina. Em outros termos, a educação feminina no período pode ser lida como uma forma de repressão da mulher e afirmação de um lugar destinado à elas na sociedade. É nesse contexto, por exemplo, que “[...] os estudos de Aritmética relacionados a proporções, decimais e geometria faziam parte dos currículos dos meninos, mas eram interditados às meninas” (Prado, 2020, p. 58). No caso delas, elas eram instruídas com trabalhos e prendas domésticas, tais como: serviços de agulhas, bordados, crochê, corte e costura.

Essa distinção no currículo percorreu para além do período imperial no Brasil. A respeito do acesso às letras, cabe destacar que o aprendizado da leitura e da escrita se restringia comumente às meninas de classes mais abastadas, no interesse ao funcionamento do lar, enquanto a grande maioria das meninas das classes menos abastadas permaneciam sem acesso a esses tipos de aprendizagem.

---

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre público e privado, ver: Castan (2009).



Mesmo quando o currículo escolar instituiu disciplinas comuns para meninos e meninas, na sua aplicação havia diferenciação. Tal distinção se baseava em uma sociedade patriarcal, em um determinado período histórico e na concepção de que as mulheres eram intelectualmente inferiores aos homens.

Um exemplo disso são as aulas de ginástica que, para as moças, tinham um programa diferente: os exercícios, comparados aos realizados pelos rapazes, eram reduzidos e tinham mais a finalidade de fortalecer o corpo feminino para o desempenho dos trabalhos domésticos e para as funções procriadoras, ou seja, produzir mulheres fortes para que tivessem filhos fortes (Prado, 2020, p. 59).

De acordo com o autor, o próprio currículo escolar impunha uma identidade de discriminação para as mulheres o que se refletia em concepções que o espaço social que cabia a mulher era o lar. É nesse sentido que Villela (2018) discute que havia um esvaziamento do conteúdo do currículo das escolas femininas, dificultando o acesso ao ensino por parte das mulheres.

Devemos salientar que o papel social da mulher no século XIX, no Brasil, era ditado por homens, visto que eles eram responsáveis pela criação de leis, políticas e normas religiosas que regiam a sociedade da época. Havia uma concepção de que o trabalho externo ao lar deveria ser negado ao gênero feminino, sob a justificativa de que não possuíam força biológica e intelectual para isso.

Ao longo do século XIX, a mentalidade da sociedade vigente dava pouca importância para uma educação feminina mais aprofundada, reforçando que, para elas, a educação era destinada aos afazeres domésticos, maridos e filhos. Contudo, com as transformações advindas no final do século XIX, devido ao fim da escravidão e a necessidade de mão de obra livre, com o crescimento urbano e mudanças econômicas, surgiu a necessidade de elevar o nível de instrução da população.

O incentivo à educação provocou o crescimento do número de alunos e a necessidade de professores para suprir a demanda. Assim, abriu-se espaço para as mulheres na educação escolar, de modo que elas tiveram a oportunidade de ter reconhecimento intelectual e, assim, conquistar maior influência social, econômica e política.

Somado aos pontos acima destacados, a propagação do discurso de que as mulheres eram educadoras naturais foi outro fator que contribuiu no processo de busca por parte delas pela profissão docente e, por conseguinte, sua inserção no magistério (Prado, 2020). Ligado a isso, a associação do papel da professora com a função de mãe e o entendimento de que elas



tinham uma natureza dócil e com a vocação para a instrução da população, propiciaram a aceitação feminina no magistério.

Cabe destacar também o progressivo afastamento dos homens da profissão docente devido aos baixos salários; e, finalmente, a criação das Escolas Primárias Mistas, na segunda metade do século XIX, que possibilitou o aumento da frequência de mulheres no magistério no Brasil. Todavia, a respeito deste último ponto, devemos enfatizar também que, para muitas jovens, a entrada na Escola Normal poderia estar ligada à intenção de aperfeiçoamento dos papéis de esposa e mãe em um núcleo familiar.

Seja como for, podemos dizer que, no final do século XIX e início do século XX, alguns fatores contribuíram para o aumento das mulheres na educação, inclusive nas Escolas Normais, provocando o aumento da instrução feminina e formação de professoras. Todavia, mesmo com um aumento quantitativo e a vigência de um discurso sobre a importância da educação e modernização do país, a realidade ainda era distante, visto que as mulheres eram segregadas a tramas políticas e religiosas. Nas palavras de Louro, o

[...] discurso sobre a importância da educação na modernização do país era recorrente. As críticas ao abandono educacional em que se encontrava a maioria das províncias estavam presentes nos debates do Parlamento, dos jornais e até mesmo dos saraus. Os anos passavam, o Brasil caminhava para o século XX e, nas cidades e povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta (Louro, 2001, p. 371).

Os discursos sobre a educação e atuação feminina no Brasil eram tecidos por uma relação de poder que incorporava novos interesses e transformava e alimentava novas teorias. No caso das professoras normalistas, elas tiveram que, em sua subjetividade, submeter a sua prática à organização social vigente. Tal organização, ainda que tenha incorporado algumas mudanças sociais, reproduziam as relações de poder que ponderavam a sociedade brasileira do século XIX. É nessa perspectiva que Louro (2001, p. 384) reforça que:

[...] com exceção das escolas mantidas por religiosas onde as mães ocupavam posição superior, nas escolas públicas, foram os homens que detiveram por longo tempo as funções de diretores e inspetores. Reproduzia-se e reforçava-se, então, a hierarquia doméstica: as mulheres ficavam nas salas de aulas, executando as funções mais imediatas do ensino, enquanto os homens dirigiam e controlavam todo o sistema.

Essa relação de poder trazida pela autora se reproduzia na educação feminina por todo o país em diferentes províncias, pois ao mesmo tempo em que os homens foram se afastando da sala de aula, buscaram cargos administrativos da estrutura escolar. Dessa forma, no mesmo



sentido em que a sociedade abria espaço para as mulheres a moldava a um espaço determinado dentro do sistema patriarcal, uma vez que o discurso de que a mulher é uma professora vocacionada, a identificava como mão de obra barata reduzindo ainda mais sua remuneração no século XIX.

Apesar da relação de poder que permeavam a sociedade da época, o aumento de mulheres como alunas da Escola Normal e professoras do magistério promoveu muitas mudanças na formação e no trabalho docente, pois mesmo com as distinções políticas, econômicas e sociais existentes entre as regiões do país houve a entrada significativa das mulheres na formação e na profissão de professoras, resultando em mudanças nas características do magistério.

### **Reflexões sobre a educação feminina na província maranhense no século XIX**

A sociedade imperial brasileira buscava legitimar a ordem social que reconhecia a hierarquização dos papéis de gênero, por meio de discursos normalizadores com base em fundamentos morais de virtude, honra, recato e castidade atribuídos à conduta feminina. Os discursos atribuíam à mulher fragilidades físicas e intelectuais em relação ao homem, baseadas nas diferenças biológicas para justificar a necessidade de submissão do gênero feminino ao masculino.

Para Samara (1989), a mulher era arbitrariamente destinada à vida doméstica, a conceber, parir e criar os filhos, passando da tutela do pai à do marido. Criada para o casamento, a mulher deveria ser sempre o modelo de perfeição a ser seguida pelos membros da família, visto que, na visão social da época, o homem deveria receber instrução intelectual e a mulher educação moral.

Por outro lado, segundo Rodrigues (2010, p 88), “[...] apesar de sujeitos a um padrão duplo de moralidade, características da sociedade de então, as mulheres das classes abastadas experimentaram, durante o império o alargamento das oportunidades de convívio social fora do lar”. Essa motivação de convívio fora do lar, segundo a autora, ocorreu motivada pelo desenvolvimento econômico e urbano da época. Espaços como escolas, bailes, teatros, saraus, chás e passeios públicos deixaram de ser exclusivos dos homens, pois aos poucos as mulheres da elite tornavam-se indispensáveis nesses eventos sociais.





Essas mudanças tomaram maior tonicidade a partir da segunda metade do século XIX. Isso aconteceu devido à influência de pensamentos filosóficos e científicos que apontaram para a necessidade da educação da mulher, relacionada ao desenvolvimento e modernização da sociedade.

No caso do Maranhão, a província contava com o curso secundário oferecido pelo Liceu Maranhense, desde 1838. O citado curso era destinado aos filhos da elite. As mulheres, mesmo pertencentes aos grupos mais abastados e distintos, não tinham acesso a esse nível de ensino.

De acordo com Rodrigues (2010), somente a partir da década de 1840 que foram fundadas escolas femininas em São Luís, de caráter particular e destinadas a famílias abastadas. Tais escolas particulares eram para aprenderem os afazeres domésticos, ler, escrever, as noções aritméticas, dançar, tocar piano e falar francês. Essa proposta se caracterizou como uma renovação por não mais restringir, unicamente, a ensinar o essencial para a vida no lar (Rodrigues, 2010).

O primeiro espaço de educação particular para moças foi o Colégio N. Sra. da Glória, fundado em São Luís, em 1844, e permaneceu durante trinta anos como única instituição. Somente a partir de 1874 que outras escolas foram criadas.

De 1840 a 1890, São Luís do Maranhão viveu um período de ‘franca florescência escolar’, na expressão de Pacheco (1968, p. 310), pois existiam para as jovens da sociedade ludovicense, os Colégios: Nossa Senhora da Glória, das irmãs Abranches; Nossa Senhora da Soledade, da Sr<sup>a</sup> Maria Emília Carmini; e de Santana, sob a direção da Sr<sup>a</sup> Raimunda da Silva Miranda; Colégio Nossa Senhora do Amparo, de propriedade da senhora Filomena Tavares Pedreira e Aula Santa Bárbara da Senhora Isabel Ignês dos Santos, constituindo-se (que se tem notícia até hoje) as primeiras mulheres professoras responsáveis pela educação da elite feminina maranhense (Nunes, 2006, p. 189).

Essas escolas representavam para as mulheres dos grupos abastados e letrados a oportunidade de exercer a docência, indo além das experiências vivenciadas no ambiente doméstico. Além disso, a participação de mulheres ricas na vida social exigia algumas preparações para se adaptar aos novos costumes. Portanto, era natural que o país e suas províncias buscassem instruir as mulheres ao alcançarem a idade para o casamento para que assim pudessem mostrar suas qualidades em ambientes públicos.

A educação para as mulheres ampliava os espaços de atuação feminina. Todavia, reforçava uma concepção que estava presente desde o período colonial, segundo a qual, as



mulheres e homens tinham papéis distintos. Nesse cenário, valem as considerações apresentadas por Abrantes (2010). Segundo a autora,

A principal mudança, portanto, estava na maneira de encarar o cumprimento desses deveres, especialmente a função materna, sendo necessária uma mulher mais instruída para ser a primeira educadora de seus filhos, preparando os futuros cidadãos para a sociedade e sendo um exemplo para as suas filhas. Como esposa, a instrução mais elevada propiciaria uma companhia mais agradável ao marido e capaz de representá-lo bem socialmente. Como o parâmetro imposto para a mulher era o homem, com todos os seus papéis correspondendo a uma função exercida junto ao sexo masculino (filha, esposa e mãe), a finalidade da sua educação também não visava diretamente a seus próprios anseios e interesses, mas aos interesses dos homens (Abrantes, 2010, p. 21).

Antes de continuarmos a dissertar sobre as mudanças na educação feminina no período, devemos salientar que as filhas de famílias pobres no Maranhão não estavam geralmente incluídas nessas propostas. Para elas restavam às aulas públicas de primeiras letras, conforme estabelecia a Lei de Instrução Pública do Império. Outra possibilidade eram as iniciativas da Igreja ou do Governo que poderiam criar alguma instituição que pudesse contribuir para amenizar a realidade da época.

Art. 2º O ensino primário será dado:  
1º nas escolas primarias, subvencionadas pelo Estado;  
2º nas escolas prátiás anexas á Escolas Normal;  
3º nas escolas creadas e mantidas pelas municipandes;  
4º nas escolas particulares (Maranhão, 1893).

Todavia, mesmo existindo essas possibilidades, é importante destacar que a instrução oferecida pelo poder público à população pobre apresentava inúmeras dificuldades de infraestrutura e mão de obra, fatores que contribuíram para a presença reduzida e não formação dessas crianças em idade escolar.

Em nosso estudo, não encontramos informações específicas a respeito do número da presença e formação das meninas pertencentes aos grupos mais empobrecidos no período abarcado pela pesquisa. Todavia, como bem apontado por Cruz (2020), existia o Asilo de Santa Teresa fundado em 1855, com o objetivo de atender meninas órfãs e desvalidas. A proposta dessa instituição era abrigá-las, educá-las e prepará-las para as atividades domésticas.

Sobre as alunas negras, não constava em seu regimento e estatutos nenhum impedimento à matrícula de meninas escravas. Entretanto, a presença delas era pequena. Conforme Cruz,



Em análise dos documentos resultantes da comunicação entre o diretor do Asilo de Santa Teresa e o presidente da província, constatamos que em março de 1868 havia cinco alunas negras como pensionistas efetivas da província, das quais três foram acolhidas em 1862, uma em 1864 e outra em 1865. Também identificamos uma na condição de supranumerária, acolhida em 1867 (Cruz, 2009, p. 90).

O quantitativo de meninas negras destacadas acima faz parte de uma lista de alunas do Asilo de Santa Teresa no ano de 1868. Na lista, ao lado da data de entrada das alunas matriculadas, consta os nomes de pai e/ ou mãe. “O diferencial das meninas descritas, em relação às demais, são os adjetivos: “parda”, “mulata”, “liberta” ou “escrava”. Quando essas qualidades não acompanhavam os nomes das educandas é porque estavam citados como qualidades das mães” (Cruz, 2009, p. 90).

Outra instituição construída para a educação feminina e que na sua origem focalizou as meninas empobrecidas foi o Recolhimento de N. Sra. da Anunciação e Remédios, fundado em 1572<sup>6</sup>. Como apontado por Rodrigues (2010), os recolhimentos foram criados para ampararem e sustentarem meninas órfãs, mulheres desamparadas ou com comportamento sexual contrário aos costumes da época. A instituição presente no Maranhão tinha os mesmos objetivos, sendo pensada para atender os grupos subalternos. Todavia, teve sua proposta alterada e passou a receber órfãs de famílias abastadas que eram carentes de uma tutela masculina. Ainda de acordo com a mesma autora, no recolhimento, as meninas deveriam aprender a leitura, escrita, prendas domésticas, noção de aritmética e orientação cristã. A intenção era preparar a mulher para a vida do lar e conjugal.

Retomando as discussões sobre as alterações que estavam em movimento nas propostas educativas para as mulheres, o que podemos perceber é que a educação feminina ganhou espaço dentro da sociedade da província maranhense, assim como no restante do Brasil. A primeira Escola Normal do Maranhão foi fundada em 1840, após a chegada do professor Benício Conduru. O citado professor foi enviado à França, às custas da província, para aprender o método lancasteriano. Porém, em 1844, tal escola foi substituída por uma de primeiras letras, devido à falta de alunos e alunas interessados em se matricular (Nogueira, 2009).

---

<sup>6</sup> Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios para moças donzelas, fundado pelo padre jesuíta Gabriel Malagrida em 1572, em São Luís, do Maranhão, era voltada para atender mulheres devotas a Deus (sem necessidade dos votos) e órfãs de pai e mãe ou somente de pai, geralmente filhas de casamentos ilegítimos. Em 1871, D. Luís da Conceição Saraiva inaugurou as novas instalações do Recolhimento, a que dera reorganização em 1865, criando um colégio, o de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios além do de Santa Teresa, e incorporado a ele o Asilo de Santa Teresa, em razão da Lei No 918, de 20 de julho de 1870 (Castro & Castellanos, 2009).



Depois desse período, outra iniciativa de abertura de uma Escola Normal aconteceu em 1872, em decorrência de esforços de particulares e setores privados, como a Sociedade Onze de Agosto<sup>7</sup>. Em 1890, temos mais uma iniciativa, agora por parte do governo provincial. A escola criada pelo governo seria a primeira que realmente viria a cumprir a missão de formar o seu professorado (Tourinho & Motta, 2012).

### **A trajetória e reflexões sobre a professora e escritora maranhense Carlota Carvalho**

Carlota Olímpia de Carvalho, ou apenas Carlota Carvalho, foi uma mulher que viveu entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX. Professora de primeiras letras, ficou conhecida pela publicação, no Rio de Janeiro, em 1924, da sua principal obra: *O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil*. Nela, a autora descreveu a geografia e a história brasileira, citando a formação de cidades e a vida do povo sertanejo, bem como dando destaque a acontecimentos revolucionários, tanto regionais, a exemplo da *Balaiada*, no Maranhão, como nacionais, ao abordar a *Independência do Brasil*.

A aparência física de Carlota Carvalho é conhecida por uma única fotografia, que pode ser encontrada na primeira edição de sua principal obra, *O Sertão* (1924) - (também constando nas edições seguintes da obra), e na publicação do jornal *Diário de São Luiz*, de 16 de outubro de 1924. Durante a pesquisa, encontramos duas descrições físicas de Carlota. A primeira foi feita pelo jornalista Leônidas Duarte: “Senhora sympatica de estatura mediana, gorda, rosto vermelho, talvez queimado pela acção do sol carnicular, olhar expressivo, denunciando inteligencia e sutileza” (*Diário de São Luiz*, de 06 de março de 1925, p. 3). A segunda descrição consta na obra de Dino (2006, p. 50), que transcreveu a fala de um contemporâneo dela: “Já que você insiste tanto em saber da vida dos finados, só posso adiantar que ela não era feia. Meio graúda, de pouca conversa com os vizinhos, parecia ser uma mulher viajada”.

Sobre a vida de Carlota Carvalho, sabemos, a partir de pesquisas realizadas nos últimos anos, que seus ancestrais migraram da Vila de Santa Rita do Rio Preto no estado da Bahia e se instalaram no interior do Maranhão; e que ela provavelmente foi educada em casa.

---

<sup>7</sup> Grupo formado por alguns intelectuais maranhenses, entre eles: Antônio de Almeida Oliveira e João Antônio Coqueiro, que criaram uma escola por meio de iniciativa privada que surge em oposição à educação elitista que era administrada no Liceu Maranhense. Estabeleceu-se como importante instituição de atenção à comunidade de baixa renda. Porém teve atuação bastante efêmera, pois sofreu com intervenções do setor público que por fim, em 1884, interrompe o empreendimento de uma Escola popular no Estado (Castellanos & Castro, 2015).



Sabemos ainda que foi mestre em escolas da região amazônica, bem como colaboradora na imprensa maranhense e professora itinerante nos sertões maranhenses.

Carlota também desenvolveu materiais didáticos sobre História e Geografia. Sobre isso, podemos destacar a reportagem na página 01 do jornal *Diário de São Luiz*, de 11 de outubro de 1924, sobre a visita de Carlota à Escola Normal Primária do Maranhão Rosa Castro<sup>8</sup>, em São Luís. Conforme informação do jornal, na ocasião, a diretora Dona Rosa Castro mostrou à Carlota as dependências da instituição, bem como a convidou a elaborar uma apostila sobre História e Geografia para ser agregada como material didático no jornal *A Escola*, publicado pela instituição.

A formação intelectual de Carlota pode ser atribuída à herança familiar, já que desde gerações anteriores, a relação com a escolarização e o culto às letras faziam parte da intimidade do seu lar. Seu avô paterno, José Joaquim de Carvalho, fundou uma escola onde lecionava escrita, aritmética, latim e gramática. Seu pai, Miguel Olímpio de Carvalho, estudou nessa escola rural, adquirindo o gosto pelos estudos, que mais tarde transmitiu aos filhos. Além disso, a própria autora, em seus escritos, nos informou que eram descendentes de poetas, políticos e de professores autodidatas (Carvalho, 2000; 2011; 2017, p. 169).

Como já apontado, a partir de algumas narrativas colhidas por Sálvio Dino, Carlota era uma mulher muito reservada, de pouca conversa com os vizinhos (Dino, 2006). Mas que, mesmo assim, não se deixou levar pela visão convencional de que o lugar das mulheres não era nas academias, jornais ou escolas.

Tendo por base esse entendimento, Carlota, em companhia de seu irmão Emídio de Carvalho, mudaram para a capital paraense em 1884, para estudar na Escola Normal. Uma vez professores, exerceram a docência na região amazônica, e no Maranhão. Após a morte de Parsondas, seu outro irmão, Carlota, foi ainda professora itinerante no sertão maranhense.

### **A Escola Normal do Pará e a formação da professora de primeiras letras Carlota Carvalho**

---

<sup>8</sup> A Escola Normal Primária Rosa Castro foi referência na formação docente do estado do Maranhão, tendo sido instalada em fevereiro de 1916, na cidade de São Luís. Essa Escola Normal, mantida pela iniciativa privada, conforme informa Motta (2008, p. 8), “nos anos de 1920 a 1940, foi a responsável pela formação de quase todos os professores e professoras, que lecionavam no interior do Estado”.



A Escola Normal Paraense foi criada em 1870 pelo governo da província, em meio aos debates entre liberais e conservadores acerca da ampliação necessária do atendimento da educação primária. Tal iniciativa comungava com discursos e concepções existentes no período, que buscavam “[...] alinhar a Província ao que se entendia enquanto moderno e civilizado” (Malheiros & Rocha, 2015, p. 33).

Como em outras províncias, a formação de professores para a atuação nas primeiras letras se deu vinculada ao Liceu (O Liberal do Pará, 30 de março de 1883). Esta última era uma instituição tradicionalmente destinada à formação das elites masculinas e abrigou as Escolas Normais para os homens nas primeiras décadas de sua implantação.

Criada por Ato de Regulamento, de 09 de junho de 1870, a Escola Normal não tinha prédio próprio e atendia, como destacado, os alunos no Liceu Paraense. Além desse grupo, as alunas também tinham acesso, mas ocorria no Colégio Nossa Senhora do Amparo. Essa separação estava coerente com a moralidade que se ditava à época e pode ser observada no relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, por ocasião da mudança de administração da província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Conforme o relatório, a escola visava “preparar os que se destinam ao magisterio publico primário”, composta por um curso de “tres annos e o pessoal de 6 professores, além de um diretor”, funcionando alternadamente nas dependências do Lyceu Paraense e no Colégio N. S. do Amparo (Pará, 1875, p. 28-29).

O currículo da Escola Normal do Pará compreendia as seguintes cadeiras, distribuídas em três anos, conforme podemos verificar em publicação de O Liberal do Pará, de 17 de fevereiro de 1882 (p. 1):

**ESCOLA NORMAL PRIMARIA.**

Esta escola tem por fim formar professores e professoras primarios. Rege-se pelo regulamento de 9 de junho de 1874.

O seu ensino abrange as seguintes materias:

1.º anno

Theoria de musica, arithmetica até proporções, grammatica philosophica da lingua nacional, com exercicios de orthographia e analize etymologica, religião, geographia e noções de cosmografia geral.

2.º anno

Exercicio de solfejo, grammatica com exercicios de orthographia, e analyse logica e redação, pedagogia e legislação do ensino, continuação de arithmetica, historia do Brazil e desenho linear.

3.º anno

Noções de literatura portugueza, geometria plana, noções de historia universal, dezenho de ornamentos architectonicos e theorias de sombras.



Na Escola Normal do Pará, o curso para mulheres se diferenciava do oferecido ao público masculino, pois seguia o discurso de que elas deveriam ser mãe e terna, vocacionada para educar crianças. Tal entendimento pode ser observado na fala do presidente de província:

Com seu espírito menos ocupado com interesses materiaes, ella ensina facilmente aos outros a prezar, sobretudo, o interesse moral: branda, a mulher comunica as crianças na sua brandura, a pureza. Ella conhece melhor a natureza mysteriosa das almas juvenis, ou pelo menos, um instincto seguro a faz adivinhal-a (O Liberal do Pará, de 02 de maio de 1882, p. 1).

Seguindo essa lógica, Ferreira (1998) observa que isso é bem representativo do que se esperava da mulher no momento de desempenhar as atividades educativas. Assim, o currículo da formação das professoras de Primeiras Letras procurava inserir o estudo de conteúdos que concorriam para incutir a ideia do cuidado. Nesse processo, uma imagem da professora era construída, de quem se esperava o desenvolvimento de um papel mais relacionado à "[...] maternagem, que naturalmente lhes fornece atributos como paciência, meiguice, doçura e bondade" (Ferreira, 1998, p. 49).

Carlota Carvalho foi aluna da Escola Normal Nossa Senhora do Amparo. Essa mudança para a província do Pará para se formar professora, se deu em decorrência da inexistência na Província do Maranhão de uma Escola Normal, que naquele período ainda não tinha criado instituição semelhante. Antes dessa etapa de formação, não temos informações a respeito da escolarização de Carlota. Certamente Carlota Carvalho foi alfabetizada no seio familiar durante sua infância, como era costume na época, sobretudo porque pertencia a uma família de letrados há várias gerações. Como ela mesma afirmou, cresceu “entre os livros”, em um ambiente em que se “respirava cultura” (Carvalho, 2017, p. 169-170), onde se discutiam assuntos importantes acerca do Maranhão e do Brasil.

Apesar dessa ausência de informação da formação de Carlota Carvalho na infância, temos alguns relatos dela própria a respeito dessa familiaridade com as letras. Conforme a professora em tela, eram comuns “colóquios no recesso do lar”, o que nos revela que o gosto pelo saber na família Carvalho foi cultivado no seio familiar. Carlota tinha acesso ainda às poucas bibliotecas que existiam, o que provavelmente contribuiu para sua formação intelectual (Carvalho, 2017, p. 170).

Além disso, assim como ela, outras mulheres de seu grupo familiar tinham acesso ao universo letrado, como suas tias, por exemplo. De acordo com nossa estudada, isso lhes dava



a oportunidade de guardar memórias de fatos e de conversações ouvidas (Carvalho, 2017, p. 170). Além disso, representa mais uma possibilidade de aprendizado no ambiente familiar, neste caso, através da oralidade.

Segundo Louro (2007, p. 447), a educação feminina não era ofertada às mulheres com base nas necessidades delas, pois tinha como “[...] justificativa [...] a função social de educadora dos filhos”. No caso de Carlota Carvalho, acreditamos que a educação ofertada em casa lhe proporcionou, ao mesmo tempo, uma formação para a vida no lar e também uma preparação para além do espaço privado da casa, como um prelúdio do que ela se tornaria no futuro, uma professora.

Em 1884, com aproximadamente vinte anos<sup>9</sup>, Carlota Carvalho foi para Belém estudar o curso Normal, conforme informação presente no livro *Factos e Contos*. O citado livro, também de autoria de Carlota, foi publicado no jornal Diário de São Luiz, de 21 de novembro de 1924. Nele, a própria autora descreveu o seu percurso até chegar à capital paraense.

Em 1884 eu pisava pela primeira e ultima vez a riba do imponente Araguaia. Acompanhada por meu irmão Emygdio Olympio de Carvalho e pela escrava Benedicta que herdei de meus paes, eu havia deixado o torrão natal e emigrava para o Pará, aonde, eu e o meu irmão, pretendiamos preparar-nos para o professorado (Diário de São Luiz, de 21 de novembro de 1924, p. 2).

Sobre o ingresso na Escola Normal em Belém, segundo informa O Liberal do Pará, de 15 de janeiro de 1884 (p. 2), “[...] os exames de suficiência para os aspirantes à matrícula do 1º anno ocorreram nos dias 16 a 23 de janeiro de 1884. Os exames constavam de provas orais e escritas, ocorrendo, simultaneamente, no Lyceu para os alunos e no Collegio N. Sra, do Amparo para as alunas” (O Liberal do Pará, 15 de janeiro de 1884, p. 2).

Quando Carlota ingressou no curso junto de seu irmão Emídio, a feminização do magistério já estava em curso na instituição eleita. Isso pode ser observado a partir dos dados contidos no jornal O Liberal. Conforme o citado jornal, entre os matriculados e as matriculadas, no ano de 1880, na Escola Normal do Pará, “34 eram allunos e 82 altunas, 8 allunas ouvintes e 6 allunos ouvintes” (O Liberal do Pará, 28 de janeiro de 1880, p. 1).

---

<sup>9</sup> Esse cálculo é feito baseado em um inventário publicado no jornal O Paiz, de 30 de abril de 1878, quando Carlota Carvalho consta com 12 anos de idade.





Outro ponto importante foi referente à organização das turmas. De acordo com o mesmo jornal, como a grande maioria dos matriculados era do sexo feminino, houve a fusão das duas escolas. Entretanto, numa tentativa de manter uma certa ordem, as saídas eram diferenciadas para homens e mulheres e havia uma vigilância atenta (O Liberal do Pará, 28 de janeiro de 1880, p. 1). Ainda de acordo com o mesmo jornal, no ano de 1882, foram matriculados na Escola Normal paraense, um total de 110 alunos, sendo 18 alunos e 92 alunas, e que mostra um crescimento exponencial de alunas (O Liberal do Pará, 02 de maio, de 1882, p. 1).

Santos (2021), discutindo a respeito da feminização do magistério, destacou que tal processo pode ser compreendido exatamente pelo crescimento do número de mulheres nessa profissão. Como apontado no caso acima, tal processo já estava em curso no final do século XIX, quando as mulheres passaram a ser maioria nos espaços de formação. Todavia, o exercício do magistério majoritariamente por mulheres se deu de modo mais significativo nas primeiras décadas do século XX.

De qualquer maneira, com a fusão das turmas, Carlota Carvalho estudou com o seu irmão Emídio e outros discentes do sexo masculino. Além disso, em consequência dessa junção, ela acabou tendo acesso ao mesmo currículo que era voltado também para os homens, o que lhe proporcionou uma formação mais abrangente. Essas informações sobre a mudança para Belém do Pará e a frequência na Escola Normal contrariam as informações de que ela nunca havia estudado. Alguns autores afirmam que Carlota Carvalho era iletrada. Dentre os quais, podemos citar: Sálvio Dino (2006); Edelvira Marques de Moraes Barros (2012) e José Herênio de Souza (2017).

### **A carreira docente de Carlota Carvalho**

Carlota e seus irmãos Parsondas e Emídio Carvalho, assim como o seu avô paterno, foram professores e ensinaram em várias localidades do sertão maranhense e na região amazônica (Carvalho, 2000; 2011; 2017). Dentre essas localidades, ela e Emídio de Carvalho exerceram a profissão de professores na ilha de Bailique, da Comarca de Macapá, em escolas de primeiras letras criadas pela Lei Provincial nº 1285, de 13 de dezembro de 1886. Conforme Carlota Carvalho, eram “[...] duas escolas de ensino primário, compreendendo



Gramática, Geografia e História do Brasil e Aritmética, sendo uma para o sexo masculino e uma para o sexo feminino” (Carvalho, 2000; 2011; 2017, p. 341).

As aulas de ensino primário de Bailique constam no relatório do presidente da província do Pará, Dr. Joaquim da Costa Barradas, de 17 de março de 1887:

Como v. exc. sabe, foram creadas na ilha de Bailique uma parochia, duas escólas de primeiras letras e uma collectoria provincial. Com excepção da parochia, que ainda depende da designação do sacerdote, funcionam já ali empregados (professores) por mim nomeados (Pará, 1887, p. 11).

A fala do presidente da província deixa claro que os professores, no caso Carlota e Emídio de Carvalho, já estavam lecionando nessa escola no momento da publicação do relatório.

Considerando esse dado de 1887 e o fato de que não sabemos exatamente qual era a idade de Carlota, acreditamos que nesse período ela contasse com cerca de 25 anos de idade; idade essa em que se admitia a docência por mulheres (Priore, 2009). Carlota foi nomeada no Pará, juntamente com seu irmão Emídio, pelo Ato Provincial de 5 de janeiro de 1887, sendo a primeira professora do arquipélago de ilhas da freguesia de Bailique, hoje território do estado do Amapá. Receberam seus respectivos títulos no dia 21 de janeiro de 1887, de acordo com o despacho do Tesouro da Província do Pará, publicado no jornal *Diário de Notícias*, de Belém do Pará, no referido dia do mesmo mês e ano.

Sobre esse acontecimento, a própria Carlota Carvalho nos relatou o seguinte: “Fomos os primeiros professores que o Brasil enviou à terra em que só tinham terçado armas de guerreiros portugueses, holandeses e ingleses no século XVII” (Carvalho, 2011, p. 294). Ela ficou naquela região das ilhas Bailique por dois anos.

“Por sugestão da própria Carlota, a sede da escola de Bailique passou para a ilha Curuá maior que Bailique e muito mais habitada” (Carvalho, 2000; 2011; 2017, p. 341). A própria Carlota relatou as dificuldades enfrentadas na ilha de Bailique, o que motivara a sua sugestão de mudança de localidade da escola:

A 28 de janeiro de 1887, aniversário da chegada do ilustre Nauta Vicente Pinzon aquelas Ilhas, embarcamos para a ilha Bailique, que tinha somente dois moradores sendo um prático Feliciano, contratado para o ‘Viseu’.  
Além de ser quase desabitada é inconveniente pela dificuldade de apanhar água potável e bebível, mandada buscar em barco movido a vela no meio do Canal Grande, e esta mesmo é tão salobra que dá gosto desagradável o café feito com ela pela manhã.  
Água boa mesmo só da chuva, que é cuidadosamente apanhada e conservada por alguns dias (Carvalho, 2000; 2011; 2017, p. 342).



Além dessas dificuldades, outro ponto importante, conforme a professora, era a ausência de casas para a instalação das escolas, além de a ilha ser muito longe da moradia dos alunos (Diário De São Luiz, de 08 de dezembro de 1924, p. 1). Em face dessa situação, ela solicitou ao presidente da província e ao diretor da instituição pública a transferência da sede da escola para a ilha Curuá. Esta ilha também pertencia ao arquipélago de Bailique e, nela, o português Domingos Mourão pôs à disposição dela e de Emídio duas casas boas na ripa do Igarapé Limão (Carvalho, 2000; 2011; 2017).

Passados alguns anos, no dia 4 de junho de 1889, a professora Carlota Carvalho tem um novo pedido atendido. Desta vez, era uma solicitação de transferência para uma freguesia chamada Veiros. Tal pedido foi atendido pelo presidente da província, o Exmo. Sr. Dr. José de Araújo Rosa Donin. A portaria foi publicada no jornal *O Liberal do Pará*, em Belém do Pará, em 22 de agosto de 1889 (p. 2):

EXPEDIENTE DO GOVERNO

Dia 4 de junho de 1889

Portarias

- O vice-presidente da provincia, attendendo ao que requereo a professora da escola de 1º grau da freguezia de Bailique, d. Carlota Olympia de Carvalho, resolve removê-la para qual cathogoria da freguezia de Veiros que se acha vaga.

Seu irmão Emílio Olímpio de Carvalho, por seu turno, que até o ano de 1889 estava exercendo o cargo de professor na ilha de Bailique, foi demitido, conforme o jornal *O Liberal do Pará*, de 25 de junho de 1889 (p. 3). Essa demissão se deu a partir de uma comissão instituída pelo presidente da província do Pará, Dr. Antonio José Ferreira de Braga, como consta: “- Demittio os professores do Bailique, Emigdio O. de Carvalho; e de Mazagão, p. Anna Pereira do Livramento, por terem sido nomeados sem concurso, contra expressa determinação da lei”.

Em agosto do mesmo ano, por portaria expedida pelo mesmo presidente da província, foi nomeada a professora normalista D. Adelaide Ignacia de Souza em lugar de Carlota na escola da ilha de Bailique:

- nomeou-se a normalista d. Adelaide Ignacia de Souza para reger a escola de 1º grau do sexo feminino do Bailique, vaga, pela remoção para Veiros, da professora d. Carlota Olympia de Carvalho (O Liberal Do Pará – Belém do Pará, 9 de junho de 1889).

EXPEDIENTE DO GOVERNO

Dia 7 de agosto de 1889

Portarias



- O vice-presidente da província, de acordo com a proposta do director geral da instrução publica, feita em officio de 7 do corrente, resolve nomear normalista d. Adelaide Ignacia de Souza, para reger a escola de 1º gráo do sexo feminino do Bailique, vaga pela remoção da professora d. Carlota Olympia de Carvalho, para Veiros (O Liberal do Pará - Belem do Pará, 23 de agosto de 1889).

Em 21 de setembro de 1889, foi a vez de Carlota Carvalho ser demitida do cargo de professora normalista da freguesia de Veiros, conforme atesta reportagem do jornal *O Liberal do Pará* da mesma data. Não sabemos os motivos que levaram à demissão de Carlota.

- O vice-presidente da província, tendo em vista as propostas do director geral da instrução publica, feitas em officios nrs 210 e 269 de 23 do maio ultimo e de hontem, resolve, de acordo com o parecer do conselho, demittir a bem da mesma instrução, a professora de 1º grau de Veiros d. Carlota Olympia de Carvalho; bem assim declarar em vigor a portaria de nomeação interina da normalista d. Dolcinéa Ferreira dos Santos, para mesma escola (*O Liberal do Pará*, 21 de setembro de 1889, p. 2).

Com as demissões, Carlota e Emídio Carvalho passaram a acompanhar o irmão Parsondas de Carvalho, que atuava como jornalista e advogado provisionado no Amapá e em Belém (Carvalho, 2017). Carlota também esteve na Vila de Muaná, município localizado no sul da ilha de Marajó, onde Parsondas advogou e exerceu o cargo público de juiz. Os indícios apontam que Emídio Olímpio de Carvalho dedicou-se pouco tempo ao magistério, pois atuou como delegado de polícia da vila de Muaná, por meio de nomeação feita pelo irmão João Parsondas de Carvalho, sendo delegado de polícia entre agosto de 1891 e novembro de 1893 (*A República*, 04 de agosto de 1891; *O Democrata*, 02 de novembro de 1893).

Na virada do século XIX para o XX, Carlota Carvalho e o irmão João Parsondas de Carvalho retornam ao Maranhão, residindo na Vila de Imperatriz até o ano de 1904. Entre 1902 e 1903, Parsondas publicou simultaneamente no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, e na *Pacotilha*, de São Luís, os acontecimentos da chamada “Guerra dos Leda” (Carvalho, 2017). Carlota e Parsondas viajaram para o Rio de Janeiro, ficando lá até o ano de 1907, época descrita por Carlota como um período em que realizou estudos especiais e que fundamentaram a construção do que seria a sua obra mais famosa *O Sertão* (Carvalho, 2000; 2011; 2017). Podemos aventar que, nesse período, ela tenha acessado obras de caráter liberal republicanas, que a influenciaram.

Ao retornar para a Vila de Imperatriz, no Maranhão, Carlota e Parsondas teriam sido mestres-escola em diversas fazendas da região. Entre elas, destaca-se a Pedra Ferrada, antiga propriedade da família Viana, localizada no atual território do município de Amarante do Maranhão (Barros, 2012).



As experiências nessa fazenda e em outras localidades, permitiu que Carlota Carvalho, em seus escritos sobre a educação no sertão maranhense nas últimas décadas do século XIX e primeira metade do século XX, evidenciasse grande conhecimento sobre a realidade dos maranhenses, abordando, além das questões educacionais, as condições de trabalho dos professores, professoras e letrados, que se dedicavam ao saber. Conforme suas palavras: "Conduz livros através de florestas e imerge-se no sublime dos ideais, esquecido do precário de sua existência sob um teto de palhas, mal vestido, descalço e mordido por mutucas e muriçocas, tendo um livro na mão" (Carvalho, 2000, p. 150).

Conforme Lima (2021), em seus textos Carlota denunciou o abandono educacional a que a população sertaneja estava submetida e a total inexistência de políticas educacionais para enfrentamento dessa realidade. Carlota afirmava que as tentativas individuais e particulares não eram capazes de vencer o problema.

### **Apontamentos finais**

A partir do exposto, podemos compreender que, durante o século XIX, houve avanços significativos no acesso das mulheres à educação formal. A criação de instituições educacionais específicas, como as Escolas Normais, possibilitou uma formação mais especializada para as mulheres interessadas em seguir carreiras como professoras.

Apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentavam desafios significativos no campo educacional, como a falta de igualdade de gênero no acesso à educação de qualidade. No entanto, a presença de mulheres como professoras itinerantes e educadoras em áreas remotas e rurais demonstrava a determinação e capacidade das mulheres em superar esses obstáculos, o que a trajetória da professora Carlota Carvalho confirma.

Assim, a atuação das mulheres como professoras e educadoras contribuiu para a profissionalização do ensino no Brasil do século XIX. Seu trabalho dedicado e suas contribuições para a formação de crianças e jovens evidenciam a importância e o impacto positivo da presença feminina no campo educacional.

Em suma, a Educação Feminina no Brasil do século XIX foi marcada por avanços, desafios e conquistas significativas, evidenciando a importância do papel das mulheres como educadoras e agentes de transformação social. Suas contribuições deixaram um legado duradouro na história da educação brasileira.



Por fim, através desta pesquisa, foi possível reiterar, conforme mencionado por diversos autores, que Carlota Carvalho pertencia a uma família de educadores, herança que abraçou com dedicação. Através dos vestígios descobertos, foi viável traçar um perfil da formação da mulher como professora, destacando sua atuação na educação e sua presença na Escola Normal Paraense. A partir de sua atuação na região amazônica para lecionar a crianças ribeirinhas como educadora pública e posteriormente se deslocando para os sertões como docente itinerante, Carlota Carvalho teve papel importante no processo educativo da região.

Para além disso, enquanto pesquisadora e escritora, demonstrou ser uma pessoa habilidosa que, por meio de suas pesquisas, produziu sua obra principal, *O Sertão* (1924), tornando-se reconhecida. Todas essas evidências ressaltam o impacto deixado por essa mulher na história e no campo da educação por sua atuação como professora.

### **Fontes**

A República, 04 de agosto de 1891, p. 2.

Brasil. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Câmara, Rio de Janeiro, 1827.

Demissões. O Liberal Do Pará – Belém do Pará, 9 de junho de 1889.

Diário de São Luiz, de 06 de março de 1925, p. 3.

Diário de São Luiz, de 11 de outubro de 1924, p. 1.

Diário de São Luiz, de 16 de outubro de 1924, p. 1.

Diário de São Luiz, de 21 de outubro de 1924, p. 2.

Diário de São Luiz, de 21 de novembro de 1924, p. 2.

Diário De São Luiz, de 08 de dezembro de 1924, p. 1.

Escola Normal Primaria. O Liberal do Pará, de 17 de fevereiro de 1882, p. 1.

Escola Normal Primaria. O Liberal do Pará, 15 de janeiro de 1884, p. 2.

Escola Normal Primaria. O Liberal do Pará, 15 de janeiro de 1884, p. 2.

Expediente do Governo. O Liberal do Pará - Belém do Pará, 23 de agosto de 1889, p. 1.



Expediente do Governo. O Liberal do Pará, em Belém do Pará, em 22 de agosto de 1889, p. 2.

Governo. O Liberal Do Pará, de 02 de maio de 1882, p. 1.

Maranhão. Regulamento da Instrução Pública no Maranhão. Para execução da Lei n. 56 de 15 de maio de 1893. Casa Cultura [online].

Matrículas. O Liberal do Pará, 28 de janeiro de 1880, p. 1

Matrículas. O Liberal Do Pará, 02 de maio, de 1882, p. 1

Notícia. O Liberal do Pará, de 30 de março de 1883, p. 1.

O Democrata, 02 de novembro de 1893, p. 3.

O Liberal do Pará, de 22 de agosto de 1889, p. 2.

O Liberal do Pará, 21 de setembro de 1889, p. 2.

Pará. Relatório apresentado ao Exmo. sr. dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo Exmo. sr. dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da província do Pará no dia 17 de janeiro de 1875, p. 28-29.

Pará. Relatório que o exm. sr. presidente da província, desembargador. Joaquim da Costa Barradas, Passou a administração da província ao exm. sr. Conselheiro coronel Francisco José Cardoso Junior no dia 17 de mar de 1887. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1887.

Thesouro. Diário de Notícias, Belém do Pará. Publicação de 21 de janeiro de 1887, p. 2.

## Referências

Abrantes, Elizabeth Sousa. **O dote é a moça educada:** mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense - UFF, 2010.

Almeida Filho, Antonio José de. A pesquisa histórica: teoria, metodologia e historiografia. **Hist enferm**, v. 7, n. 2, p. 381-2, 2016.

Barros, Edelvira Marques de Moraes. **Eu, Imperatriz.** Imperatriz: AIL; São Luís: AML, 2012.

Castan, Nicole. O público e o particular. *In*: Chartier, Roger (Org). **História da vida privada:** da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 402-438.



Castro, Cesar Augusto & Castellanos, Samuel Luis Velázquez. Navegar é preciso: a escola de aprendizes marinheiros no Maranhão Império. *In*: Galves, Marcelo Cheche & Costa, Yuri. **O Maranhão oitocentista**. Imperatriz: Ética, 2009.

Carvalho, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e geografia do Brasil. 2 Ed. - Imperatriz, MA: Ética, 2000.

Carvalho, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e geografia do Brasil. 3 Ed. Rev. e Ampl. – Teresina: EDUFPI, 2011.

Carvalho, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a história e geografia do Brasil. 4 Ed. Rev. - Imperatriz, MA: Ética, 2017.

Castellanos, Samuel Luis Velázquez & Castro, Cesar Augusto. Uma instituição de ensino popular no Maranhão Império: A Sociedade Onze de Agosto. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 62, p. 83-97, 2015.

Cruz, Mariléia dos Santos. Políticas de ações negativas e aspirações de famílias negras pelo acesso à escolarização na província do Maranhão no século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 20, p. 73-104, 2009.

Cruz, Mariléia Santos. Calçados e “vestuário decente e simples” como condição para instrução primária: uma análise sobre a obrigatoriedade escolar no Maranhão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 27, n. 3, p. 363–389, 2020.

Dino, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2006.

Ferreira, Andréa Tereza Brito. A Mulher e o Magistério: razões da supremacia feminina (a profissão docente em uma perspectiva histórica). **Revista Tópicos Educacionais**. v. 16, n. 1-3, p. 43-61, 1998.

Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2009.

Lima, Regina Celia Costa. **Por Caminhos de Terra e Tinta**: a trajetória de Carlota Carvalho, uma escritora nos sertões maranhenses (séculos XIX e XX). Tese (Doutorado em História), São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2021.

Louro, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: Priore, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 5. Ed. - São Paulo: Contexto, 2001. p. 443 - 481.

Louro, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: Del Priore, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2007. p. 443-481.

Malheiros, Rogério Guimarães & Rocha, Genylton Odilon Rêgo da. A Escola Normal do Pará: o nuncio legalista para formação de professores. **Revista HISTEDBR**, n. 62, p. 32-52, 2015.





Motta, Diomar das Graças. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. **Educação & Linguagem**, n.18, ano 11, p. 123-135, 2008.

Nogueira, Sônia Maria. Estudos Historiográficos e o ensino de língua portuguesa. **Cadernos CNFL**, v. 13, n. 4, p. 382-598, 2009.

Nunes, Iran de Maria Leitão. **Ideal mariano e docência**: a identidade feminina da proposta educativa marista. Tese (Doutorado em Educação), Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, 2006.

Prado, Douglas Silva do. **Escolas Normais no Brasil no Período Imperial (1835-1889)**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2020.

Priore, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009

Rodrigues, Maria José Lobato. **A educação feminina no Recolhimento do Maranhão**: o redefinir de uma instituição. Dissertação (Mestrado em Educação), São Luís: Universidade Federal do Maranhão - UFMA, 2010.

Santos, Mayra Silva dos. **O enredo do magistério em Imperatriz - MA**: mulheres e docência entre os anos de 1960-1980. Dissertação (Mestrado em Educação), Imperatriz: Universidade Federal do Maranhão - UFMA 2021.

Samara, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**: século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.

Souza, José Herênio de. **Imperatriz! Nossa avozinha aos 100 anos de idade - Por que Sibéria Maranhense?** Imperatriz: AIL, 2017.

Tourinho, Mary Angélica Costa & Mota, Diomar das Graças. As normalistas no início do século xx em São Luís do Maranhão: ações e mobilizações estudantis. **Revista Educação e Emancipação**, v. 5, n.1, p. 114-138, 2012.

Villela, Heloísa de Oliveira Santos. A primeira escola normal do Brasil. *In*: Araújo, José Carlos Souza (Org.). **As escolas normais no Brasil**: do império à república. Campinas: Editora Alínea, 2018. p. 53-88.

**Submetido em:** 10 de março de 2024

**Avaliado em:** 07 de abril de 2024

**Accito em:** 09 de maio de 2024